

**GRUPOS ESCOLARES EM MINAS GERAIS: UM ESTUDO DE CARÁTER REGIONAL E
DEMOGRÁFICO SOBRE A PRIMEIRA REPÚBLICA**

Scholar Groups in the Minas Gerais state: a regional and demographic instance study at the First Republic time

José Carlos Souza Araújo*

RESUMO

O objeto deste é explicitar algumas investigações sobre os grupos escolares em Minas Gerais e, em particular, na região do Triângulo Mineiro. Estruturalmente, envolve vários aspectos conjugados entre si, desde os contornos teórico-metodológicos sobre as instituições escolares; as diretrizes a respeito dos grupos escolares em Minas Gerais segundo a Reforma João Pinheiro desde 1906, às quais a região do Triângulo Mineiro (TM)/está associada, bem como o processo de criação e implantação de alguns grupos escolares no decorrer da Primeira República na referida região; correlações entre os dados censitários municipais e distritais de 1920 e a emergência dos grupos escolares no TM; e, por último, o *Deixando em Aberto* com o Prof. Aristophanes e a Profa. Eudóxia, profissionais da escola primária de Conquista, MG.

Palavras-chave: Grupos escolares; Escola Primária; João Pinheiro; Triângulo Mineiro; Alto Paranaíba. Primeira República.

ABSTRACT

The aim of this article is to spell out some investigations about the primary schools in Minas Gerais, particularly in the region of Triângulo Mineiro. Structurally, various aspects are bound together: the theoretical-methodological contours about the school institutions; the instructions about the primary schools in Minas Gerais according to the 1906 João Pinheiro Reform, which the middle region Triângulo Mineiro (TM)/Alto Paranaíba (AP) is associated with; some primary schools within the First Republic in this middle region; correlations among the social data of the municipalities and the districts of 1920; the emergency of the primary schools in TM, and in AP; lastly, the “Leaving it Open” with Prof. Aristophanes and Prof. Eudóxia, professionals of the Primary School of Conquista, MG.

Keywords: Scholar Groups, Primary School; João Pinheiro; Triângulo Mineiro; Alto Paranaíba. First Republic Brazilian Period.

[...] a escola passou progressivamente de uma concepção cristã a uma concepção clássica e de uma concepção clássica a uma concepção moderna. (LOBROT, s/d, p. 13)

[...] O terceiro período começa no século XIX e dura ainda hoje. Chamar-lhe-ei o ‘período tecnicista’. A escola oscila totalmente para o lado da ciência e da técnica, ou seja, abandona os seus desígnios humanistas. Não só o conhecimento no seu sentido restrito toma o primeiro lugar, mas até as disciplinas humanistas são vistas através dele. (Ibidem, p. 14)

* Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Uberaba e da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: jcaraujo@ufu.br

[...] Esta aposta não é apenas a criança, quero dizer a sua vida, o seu destino, a sua felicidade. Seria demasiado simples, se apenas se tratasse disto. Mas trata-se de muito mais: trata-se da prosperidade e do destino da própria sociedade, da sociedade no seu todo. (Ibidem, p. 36)

É corrente a investigação das instituições escolares pelo seu interior - currículo, pedagogia, didática, espaço físico, arquitetura, alunos, professores, métodos de ensino, técnicas e tecnologias educativas (manuais didáticos, cadernos, projetor de slides, quadro-negro entre outros), avaliação de ensino, datas cívicas, tempos escolares, uniformes, recreios, festas escolares, legislação educacional. Na verdade, trata-se de mergulhar em seu interior, porém em águas que também são de natureza social.

Podem a pedagogia e a didática, pensadas e operacionalizadas para constituir o seu interior, ser resultado de uma construção intra-escolar e para a escola, mas suas finalidades são forjadoras do futuro dos educandos que pela escola circulam. E tal forjamento não é isento da dimensão social. Antes de ser uma exigência escolar, a escolarização é uma exigência de carácter sócio-cultural. Em acordo com a epígrafe deste, suas origens cristãs, sua finalidade humanística, e depois 'tecnicista' desde o século XIX (LOBROT, s/d) não permitem separar o intra-escolar do extra-escolar.

Nesse sentido, a privilegiar a dimensão intra-escolar, as relações entre escola e sociedade - traduzidas pelas finalidades sociais projetadas e ou exigidas, pelas demandas sociais que se constituem na trama da história, pela capacidade, potencialidade e efetividade das políticas públicas, pelo enfrentamento da escolarização da sociedade, pelas conexões com a sociedade a que serve - por vezes, ficam secundadas.

Nesse artigo, trata-se de um exercício de exteriorização da instituição escolar, como parte da totalidade social, expressão de sua interdependência para com a mesma. Visa-se, nessa direção, ir para além da cultura propriamente escolar, para inserir a escola na cultura e na sociedade de que é parte.

Se o interior da escola pode e deve ser desvendado e destrinchado pela pesquisa científico-educacional, visando-se os sujeitos e as suas circunstâncias no interior da escola, cabe também buscar o seu sentido social, instância esta capaz de torná-la exterior a si mesma. Em suma, a escola se reconhece pelas suas finalidades sociais, instância que enfeixa as dimensões vinculadas aos objetivos educacionais, aos programas, aos currículos, às metodologias de ensino, às tecnologias educativas e ao processo de avaliação.

É nessa perspectiva que se pretende ancorar o objeto deste, através de uma abordagem, que em sentido figurado, significa ou implica em oferecer um ponto de vista sobre a questão, ou talvez uma maneira ou método de enfocá-la. Estruturalmente, este estudo implica em sete aspectos conjugados entre si, os quais compõem os subtítulos deste estudo: a) Contornos teórico-metodológicos; b) Os grupos escolares em Minas Gerais segundo a Reforma João Pinheiro de 1906; c) A região do Triângulo Mineiro no que toca à efetivação dos grupos escolares; d) As dissertações sobre os Grupos Escolares da região do TM; e) Correlações entre a emergência dos grupos escolares no TM e os dados censitários de 1920; f) Procurando concluir e g) Deixando em aberto com o Prof. Aristophanes e a Profa. Eudóxia.

Dois marcos estão a balizar esse estudo: o primeiro se refere às expressões político-educacionais, de âmbito estadual, e de caráter público-estatal, no período da Primeira República, posto que no decorrer dos anos 1890, as unidades federativas de São Paulo (1893), do Rio de Janeiro (1897) e do Pará (1899) fizeram irromper os grupos escolares (SOUZA; ARAUJO, 2010); acompanhados nos anos 1900 pelo Paraná (1903), Maranhão (1903), Minas Gerais (1906), Rio Grande do Norte (1908), Espírito Santo (1908), Mato Grosso (1910), Piauí (1910); e na segunda década do século XX pelos estados de Santa Catarina (1911), Sergipe (1911), Bahia (1913), o Território do Acre (1915), Paraíba (1916), Goiás (1918)¹.

O segundo marco, dado que o objeto deste é uma região mineira, configura-se pela instauração da política educacional mineira em torno dos grupos escolares a partir de 1906, enquanto esteve associada aos ideais republicanos expressos em relação à escolarização. Particularmente, em Minas Gerais, tal demarcação ocorreu pela Lei nº 439 de 28 de setembro de 1906, e pelo *Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais*, expresso através do decreto nº 1960, de 16 de dezembro de 1906, do Estado de Minas Gerais².

Por conseguinte, a instauração das referidas políticas educacionais estaduais deve ser assumida como um fenômeno escolar que ganhou amplitude nacional, apesar dos 28 anos que separam, por exemplo, a reforma paulista, regulamentada em 1894, da reforma piauiense, que efetivamente se realiza com o primeiro grupo escolar em 1922. Nesse sentido, de um lado, expressam-se através dos referidos grupos escolares, uma particular concepção sobre a escola graduada e sobre as relações entre professor e aluno, bem como especificidades de caráter organizativo, pedagógico, metodológico, espacial e arquitetônico; além disso, a compreensão de tal continuidade revela a disseminação de um modelo, o que permite dirigir-se para uma perspectiva de totalidade, pelo menos ocidental.

Contornos teórico-metodológicos

Entretanto, para além da disseminação de um modelo que daria sustentação a uma possível e necessária compreensão de totalidade, as especificidades estaduais, e mesmo as regionais no interior de um estado, ou ainda as relações inter-regionais, mas que envolvem estados vizinhos - como é o caso da região do Triângulo Mineiro com o sul e o sudoeste goianos (BRETAS, 1991) – podem manifestar peculiaridades e singularidades.

De um lado, estas, as singularidades institucionais, implicam um exercício de pesquisa consagrado à gênese, à trajetória institucional, à compreensão de sua auto-afirmação significativa durante um dado período, aos seus ciclos de vida, às re-

¹ Há ausência de informações, no atual estado da pesquisa, sobre os estados de Alagoas, Amazonas, Ceará e Rio Grande do Sul, porém em 1922 todos eles já tinham instalado os seus grupos escolares.

² Cabe registrar que há outros dois decretos, o de nº 1947, de 30 de setembro de 1906, relativo ao programa do ensino primário, e o de nº 1969, de 03 de janeiro de 1907, cujo conteúdo trata do regimento interno dos grupos escolares, entre outros aspectos. Tais decretos permitem, pelo seu conteúdo, explorar o projeto em torno da dimensão interna de tais instituições escolares.

configurações assumidas por uma dada instituição através, por exemplo, da extensão de séries, à sua projeção local e ou regional, e assim por diante.

Por conseguinte, as singularidades institucionais escolares são fenômenos interpretáveis e compreensíveis desde o seu interior às suas expressões sociais. Porém, tais singularidades, presentes nessa ou naquela instituição, não podem ser assumidas como fragmentos ou compartimentos em relação ao fenômeno escolar, o qual se tornou manifesto, por várias décadas, em solo brasileiro, através da criação, da implantação e da disseminação da escolarização primária graduada, a forma superior mais disseminada, desde os anos 1890 ao início dos anos 1970.

É inegável que as singularidades institucionais escolares se manifestem ou tenham se manifestado historicamente, mas elas não são fragmentos ou compartimentos em relação ao estadual ou ao nacional, bem como, extremadamente, cada uma delas não é expressão ou cópia de uma totalidade nacional que se explicitou ou se reproduziu singularmente. Retomando: a reforma paulista é de 1893, mas a goiana é de 1918.

Particularmente, os grupos escolares acarretaram, como norteamento político, um enfrentamento dos obstáculos que resultam de uma consciência real da situação histórica, bem como também um esforço por superar tais obstáculos. Ou seja: as aspirações e os ideais de escolarização conjugam-se às finalidades sociais, bem como retiram a escola de seu insulamento institucionalizado e interno a si mesma, situando-a como partícipe da trama da história.

Nessa direção, manter tensas as relações entre o especificamente didático-pedagógico no interior da sala de aula, o singular referido à expressão institucional, os aspectos regionais, estaduais e nacionais - parece ser um caminho instigante à comparação, além de tê-lo à explicação e à interpretação. Em outras palavras, trata-se de examinar e compreender uma instituição escolar, sua relação com a cidade, com sua região, com o estado ou com a totalidade do fenômeno escolar, bem como suas relações com a totalidade social, seja ela nacional ou ocidental.

A constituição de tais relações permite explicitar um horizonte em que o singular institucional seja compreendido por suas diferenças, porém não descolado das relações com um movimento histórico mais amplo, desde o local ao nacional. Infere-se, por conseguinte, que o exercício de compreensão é um só, ainda que se faça um após o outro, ou um de cada vez – diga-se, o que é necessário; tal exercício certamente permitiria resultados satisfatórios em relação às aspirações de caráter comparativo.

Por outro lado, é necessário dimensionar que, em seu conjunto, tal exercício de análise e de explicação que busque a comparação, necessita que ela seja permitida, bem como seja amparada por projetos ou aspirações que guardem homogeneidade temática. Certamente, as expectativas comparativas estarão se fazendo e se refazendo, se se levam em conta as aspirações e as bases que dêem sustentação à orientação comparativa. Em vista disso, certamente, compreender as dinâmicas estaduais que se avultaram em vista da assunção dos grupos escolares como norteamento político-educacional é um dentre os focos básicos que desafiam a pesquisa sobre o tema.

Os grupos escolares em Minas Gerais segundo a Reforma João Pinheiro

Nessa seção, trata-se de apresentar uma síntese de um estudo anterior (ARAUJO, 2006) a respeito do Estado de Minas Gerais, o qual põe em circulação em 28/09/1906 a política pública em torno dos grupos escolares, com uma determinação e um direcionamento centrados em determinações de caráter estrutural, com o intuito de regulação do processo social através da escolarização.

Nesse sentido, tal reforma teve um caráter interveniente, mas com o intuito de redirecionar os problemas sociais e educativos percebidos, a fim de construir a escolarização brasileira, e estabelecê-la em outro patamar. O futuro que então se projetava pode não ter se realizado a contento, inclusive presentemente, mas os grupos escolares constituíam-se como projeto que explicitava ambições políticas, em sentido geral, de caráter diverso.

A República brasileira ia completar 17 anos quando a política educacional mineira assume, efetivamente, a empreita em torno da escola primária seriada. João Pinheiro da Silva (1860-1908), que governou o Estado de Minas Gerais entre 07 de setembro de 1906 e 25 de outubro de 1908, quando veio a falecer – portanto, depois de dois anos e 49 dias de exercício de um mandato de quatro anos -, trouxe à luz uma reforma nutrida pelas estatísticas escolares, pelas críticas e pela análise da educação brasileira, certamente desde os finais do período imperial. Os parâmetros da reforma já estavam mais que esboçados, pois aos vinte e um dias de seu governo, João Pinheiro faz irromper o decreto que estabelece a decisão de ir ao enalço da institucionalização dos grupos escolares.

Suas marcas no campo educacional devem ser respondidas à luz das críticas e das análises anteriores ao seu governo. O seu legado está em suas realizações, bem como nas aspirações promovidas pelo seu governo, porém contidas na memória histórica que a escolarização, até então irrealizada, conteve.

Em meados de julho de 1908, há menos de três meses de sua morte, através de mensagem ao Congresso Mineiro, afirmava a instrução primária como “[...] essencial ao regime republicano [...], com a atual reforma, [a matrícula escolar] chegou quase a duplicar [...]. Estão funcionando regularmente 22 grupos escolares, em que se acham matriculados 10.090 alunos” (PINHEIRO, 1980, p. 382).

Isso significa, em termos de média, que havia em torno de 458 alunos por grupo escolar. A mesma mensagem manifesta a expectativa de conclusão de muitos prédios escolares em outras municipalidades, os quais “[...] terão a necessária adaptação e [são] provindos principalmente de doações de particulares e das municipalidades [...]. Cumpre, entretanto, assinalar que, das 800 mil crianças do Estado, em idade escolar, a 700.000 não se dá ainda o devido ensino” (PINHEIRO, 1980, p. 382).

Minas Gerais contava então com 04 milhões de habitantes, e conforme dados presentes no próprio *Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas*, de 16 de dezembro de 1906, a escola primária contava com 54.825 alunos, dos quais 21% cursavam escolas particulares. Ou seja: se a demanda perfazia 800.000 crianças, a escolarização pública atendia somente 5,4% da mesma.

Mesmo assim, contava a política pública mineira com a iniciativa particular, além de estimulá-la tendo em vista combater um monstro – uma expressão comum para designar o analfabetismo; e o intuito público-estatal era favorecer preferencialmente as localidades

que oferecessem prédios, auxílio em dinheiro, terreno ou materiais de construção. Ou seja, cabia ao município arcar com o ônus, para contar com o bônus, o grupo escolar. Na verdade, estava sendo incentivada e compartilhada uma política pública, centrada numa conjugação de esforços municipais a dar sustentação ao norteamento estadual.

Em síntese, a dimensão político-educacional mineira em apreço se estrutura em torno dos seguintes aspectos: a) o interesse voltado para a coletividade; b) a adesão das municipalidades implicava em ônus financeiros; c) o concurso da iniciativa privada para enfrentar a ignorância da população; d) os limites assumidos a respeito da formação de professores, uma vez que a lei afirmava a incapacidade destes em atender as demandas que a reforma projetava; e) a definição de que tal reforma era uma necessidade pública: daí o seu caráter de intervenção na redefinição das determinações estruturais e f) a clara explicitação de que a mesma sobreleva-se às outras necessidades públicas.

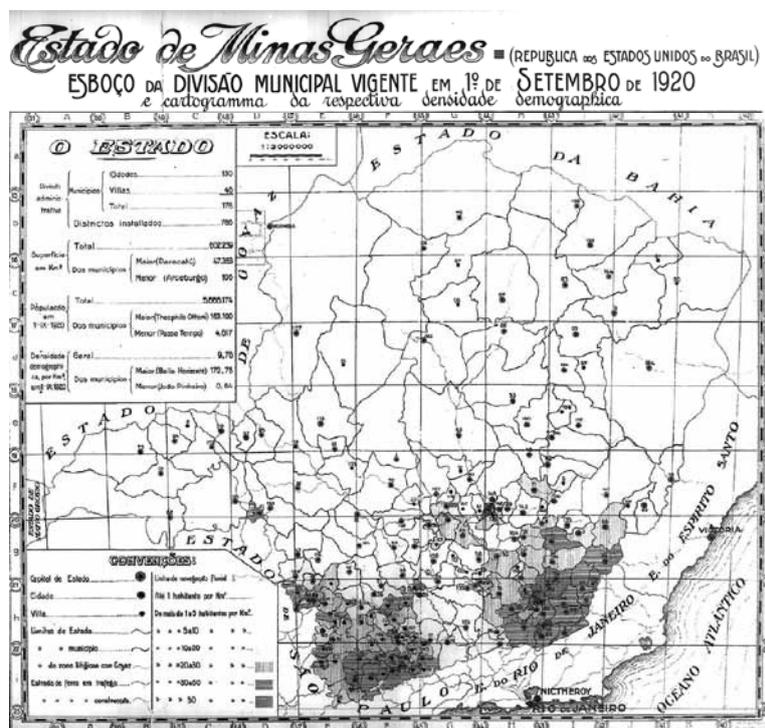
Tomando-se como parâmetro o censo de 1920 para a análise que está estruturada no decorrer desse estudo, cabe, desde já, uma justificativa básica: o referido censo é o que guarda maior proximidade com a data da reforma mineira, bem como as aproximações com o movimento de instalação dos grupos escolares no Estado de Minas Gerais, pelo menos entre 1906 e 1920, ou particularmente em relação à região do Triângulo Mineiro.

No Brasil, os recenseamentos anteriores a 1906 são de 1872 e 1890. Posteriormente a 1920, o mais próximo realizar-se-ia somente em 1940. Nesse sentido, cabe registrar que a falta de dados censitários em 1900, 1910 e 1930 prejudicam significativamente a avaliação das políticas estaduais relativas à institucionalização dos grupos escolares.

Em 1920, conforme dados do recenseamento, Minas Gerais contava com 178 municípios, dos quais 130 eram cidades, e 48 constituíam-se em vilas; segundo o critério de então, levando-se em consideração que os municípios-sede também eram denominados como distritos, perfazendo o Estado de Minas Gerais, em 1920, 786 distritos³. Em antecipação ao mapa, que se apresenta a seguir, e em relação à divisão municipal vigente em 1920, observem-se, no corpo da ilustração, as convenções que situam a densidade demográfica por km² em relação a Minas Gerais: os pontos mais escurecidos representam as regiões Centro, Zona da Mata e Sul de Minas.

Porém, para o Estado como um todo, o número de habitantes por km² é de 9,78. A população do Estado em 1920 é de quase 06 milhões, ou seja: 5.888.174 habitantes. Entretanto, a região do Triângulo Mineiro apresenta uma densidade demográfica menor do que a do Estado, ou seja, de 8,07 habitantes por km². No Triângulo Mineiro, o município então denominado por *Villa de Conquista* (hoje, Conquista) é o único com uma densidade demográfica de 32,01 habitantes por km².

³ Os termos *distrito* e *município*, do ponto de vista etimológico, estão referidos respectivamente aos seguintes significados originários do latim: *distrito* é participio passado do verbo *distingere*, e significa apertar, limitar, dividir, ocupar em muitas partes; e *município*, compõe-se de *mūnus* (privilégio, função) e de uma forma derivada do verbo *capere* (receber, tomar, apossar-se); nesse sentido, município significa *receber privilégios*, ou *apossar-se de privilégios*. Conceitualmente, município e distrito implicam, basicamente, numa divisão administrativa de um dado território. Evidentemente, a personalidade jurídica do município apresenta maior autonomia em relação à do distrito. Aquele está referido a uma divisão político-administrativa do estado, e o distrito a uma divisão político-administrativa do município. Historicamente, a constituição mineira de 1891 e sua legislação complementar, período ao qual está afeto esse estudo, atribuía grande importância ao distrito, a ponto de se afirmar que o municipalismo e o *distritalismo* se rivalizavam em termos de atribuições.



Fonte: MINAS GERAIS, 1924

A região do Triângulo Mineiro

“Já é lugar comum dizer-se que as regiões diferem quanto à sua estrutura econômica, sua topografia, o nível e o tipo de atitudes – ou a ausência delas – de sua população em geral e, por último, porém igualmente importante, quanto aos recursos que manejam [...]” (NEAVE, 2001, p. 101). E a região do Triângulo Mineiro não é diferente, seja pela sua estruturação econômica constituída anteriormente ao período republicano, pela sua geografia, ou pela importância como entreposto estrategicamente situado em vista de suas relações com os Estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso.

Metaforicamente, ela constitui o “nariz” do Estado de Minas Gerais, a sudoeste. Ela já foi paulista, quando pertenceu à Capitania de São Paulo até 1720, depois foi goiana, quando pertenceu à Capitania de Goiás até 1816, ano em que passou a pertencer à Capitania de Minas Gerais. Nesse sentido, as regiões podem ser concebidas como “[...] sub-unidades administrativas de um estado. Sem dúvida, há áreas de semelhança geográfica e topográfica, econômica e lingüística que se estendem para além das fronteiras políticas” (NEAVE, 2001, p. 102).

Historicamente, os municípios da região em apreço emergem vagarosamente no decorrer do século XIX: em 1850 somavam apenas 04; vinte anos depois, eram 09 municípios; em 1888, ano em que Uberabinha, MG, (futura Uberlândia, a partir de 1929) foi municipalizada, somavam 12; entretanto, em 1923, o número de municípios chegava a 21. Ou seja, a expansão demográfica e urbana de tal região é significativa: de 4 municípios em 1850, chega em 1901 a 13; e entre 1911 e 1923, mais 8 se constituem como municípios.

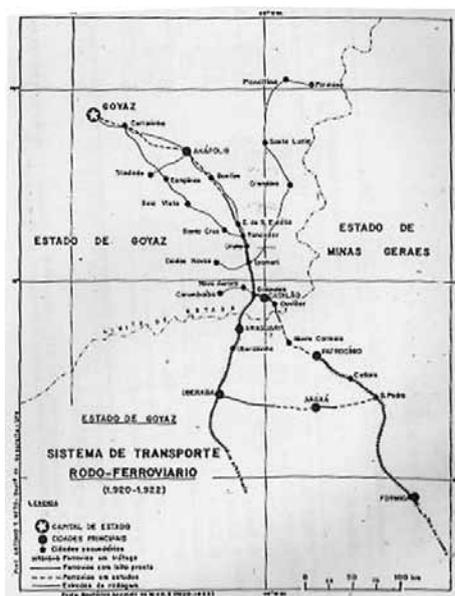
Aí se ancora a política educacional assentada na escola graduada, na defesa da escolarização, na luta contra o analfabetismo. Os grupos escolares, por conseguinte, estão correlacionados com o seu desempenho no contexto urbano e demográfico de então, além de seu importante papel na configuração da vida municipalista, particularmente no decorrer da Primeira República.

A seguinte afirmação é lapidar, quanto à síntese que ela representa para o que é analisado, especificamente em relação à Reforma João Pinheiro de 1906: “O Triângulo tomou forma como uma moderna economia agropecuária a partir da década de 1880. Cultural e economicamente, era uma zona nova” (WIRTH, 1982, p. 43). Ou seja, em 1880 eram 09 os municípios para uma mesorregião, com 93.500 km², que ultrapassa a área geográfica de Portugal com 92.389 km². Entretanto, em 1923, a mesma área geográfica já contava com 21 municípios.

A compartilhar do desenvolvimento do transporte ferroviário brasileiro, é ao final do século XIX e no início de século XX que três diferentes ferrovias efetivamente entrecortaram a mesorregião em apreço: a) primeiramente, a Estrada de Ferro Mogiana: em 1889, Uberaba, MG, já se colocava em contato com São Paulo; em 1895, Uberabinha, e em 1896, Araguari, MG, ponto final da referida ferrovia; b) a Estrada de Ferro Goiás, em 1912, partindo de Araguari, já cruzava a divisa com o Estado de Goiás; c) e a aquisição da Estrada de Ferro Oeste de Minas, a partir de Formiga, MG, pela Estrada de Ferro Goiás, fez com que, através de Patrocínio, MG, se ligasse por ferrovia já em 1919 (cf. BORGES, 1990).

Em suma: o Triângulo Mineiro é entrecortado por uma ferrovia antes do final do século XIX; e no decorrer da segunda década do século XX, duas ferrovias completam a sua integração, uma em direção a Goiás, e a outra em direção ao Centro de Minas Gerais. Além disso, essa ferrovia somente alcançará o território goiano nos anos de 1940.

Mapa das três ferrovias do Triângulo Mineiro



Fonte: BORGES, 1990, p. 111

É nesse entrecruzar de ferrovias que o Triângulo Mineiro se insere mais concretamente no capitalismo de então: ao final do século XIX, elas atendiam predominantemente a uma economia agro-exportadora; e nas primeiras décadas do século XX, “[...] passaram a servir também como vias de expansão das relações capitalistas de produção” (BORGES, 1990, p. 11). Nesse sentido, trata-se de uma inserção da região em pauta numa economia capitalista dependente em vista dos centros capitalistas hegemônicos. Ou ainda, as ferrovias configuram-se, sem dúvida, como vias de integração da economia regional ao capitalismo em expansão.

Esclarecedora é a observação de que São Paulo tenha conquistado o mercado nacional de produtos industriais nos anos de 1930. O Triângulo Mineiro tornara-se um dos “[...] satélites comerciais em tal processo de expansão econômica [...], pelos meados dos anos 30 realizava mais de 95% de suas transações comerciais com São Paulo. O domínio paulista, no entanto, já se impusera ali pelo menos 25 anos antes” (LOVE, 1982, p. 81).

Correlatamente, mas não de modo redutivo, e em tal movimento econômico - que abraça as dimensões urbana, agrícola e comercial - é a partir de 1908 que se instalam os primeiros grupos escolares do Triângulo Mineiro, movimento que alcançará completude somente nos anos de 1930, entre os 21 municípios constituídos até 1923 (cf. Quadro 01).

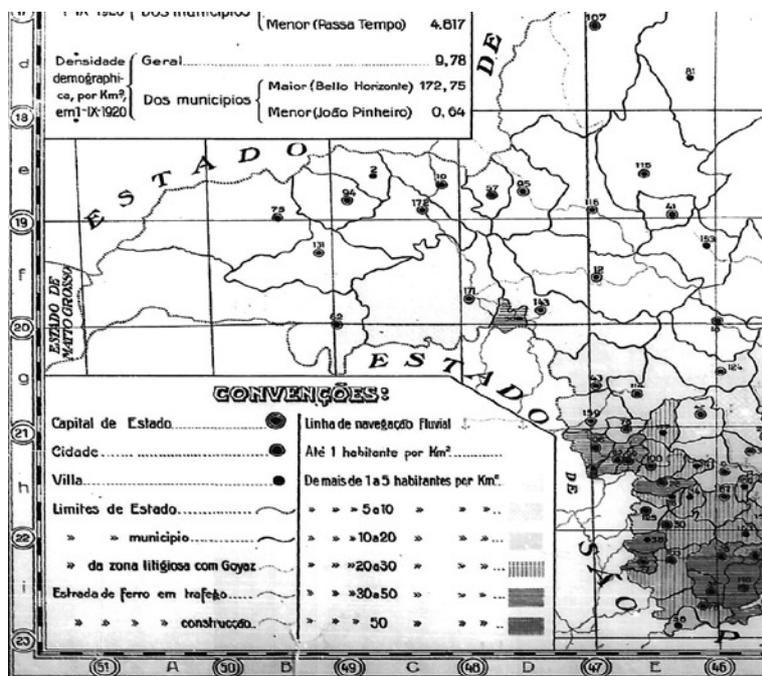
Esse novo pulsar do capitalismo regional – movido pelas ferrovias, pela crescente urbanização sob variados aspectos, pela disseminação da imprensa local, pelo comércio, pela economia agrícola - assentada, entre outros produtos na produção de arroz, de mandioca, de carne, bem como na fabricação de farinha de mandioca - ressalte-se que Araguari é o maior produtor desta em 1920 na referida mesorregião -, promoverá um novo alento à escolarização, conferindo-lhe uma impulsão ímpar até então: primeiramente através dos grupos escolares e, associadamente, através da disseminação das escolas normais pela região (cf. Quadro 07).

Cabe aqui uma especial atenção à imprensa periódica em Minas Gerais em relação ao contexto que se faz necessário compreender, tendo em vista a disseminação dos grupos escolares: no Triângulo Mineiro, 14 eram os jornais em circulação por ocasião da instauração da política educacional mineira de 1906, porém em 1920, são vinte os jornais. Interessante se faz comparar a significação, traduzida em números, dos jornais pelas diferentes regiões de Minas Gerais:

Zona	1897	1905- 1906	1920	1940
Norte	5	12	13	12
Leste	1	3	9	3
Centro	22	42	42	42
Triângulo	12	14	20	35
Oeste	18	19	21	21
Sul	39	56	79	67
Mata	31	49	82	93
Total	128	195	266	273

Em referência à divisão vigente em 01 de setembro de 1920, a região do Triângulo Mineiro contava com 17 municípios:

Divisão municipal vigente em 1920 na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba



Fonte: MINAS GERAIS, 1924⁴.

O quadro abaixo permite uma visualização com relação aos municípios instituídos até o final da Primeira República. Correlatadamente, os dados ainda que incompletos, permitem entrever algumas tendências em relação ao movimento de criação e de instalação dos grupos escolares:

Quadro 1 - Municípios do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba criados e datas de criação e de primeiros grupos escolares

Município	Ano de Municipalização	Data de criação dos grupos escolares	Data de instalação dos grupos escolares	Tempo transcorrido entre a criação e a instalação dos GEs ⁵
Prata	1848	08/07/1908	28/09/1908	02 meses e 20 dias
Araguari	1882	17/11/1908	17/04/1909	05 meses
Ituiutaba	1901	22/12/1908	21/01/1910	01 ano e 01 mês
Uberaba	1836	29/07/1909	03/10/1909	02 meses e 04 dias

⁴ Os números inseridos no interior da representação sobre a divisão municipal sinalizam para os seguintes municípios: 2 – Tupaciguara, 10 – Araguari, 12 – Araxá, 41 – Carmo do Paranaíba, 50 – Conquista, 57 – Estrela do Sul, 62 – Frutal, 75 – Ituiutaba, 94 – Monte Alegre de Minas, 95 – Monte Carmelo, 115 – Patos de Minas, 116 – Patrocínio, 131 – Prata, 143 – Sacramento, 153 – São Gotardo, 171 – Uberaba e 172 – Uberabinha.

⁵ GEs é uma abreviação de Grupos Escolares.

Araxá	1831	19/04/1911	28/09/1911	04 meses e 09 dias
Uberabinha	1888	20/07/1911	01/07/1914	02 anos, 11 meses e 12 dias
Patrocínio	1840	09/01/1912	15/06/1914	02 anos, 05 meses e 07 dias
São Gotardo ⁶	1914	01/04/1913	24/02/1920	06 anos, 10 meses e 23 dias
Frutal	1885	01/04/1913	15/02/1924	10 anos, 10 meses e 14 dias
Carmo do Paranaíba	1876	16/12/1913	01/08/1929	15 anos, 07 meses e 16 dias
Patos de Minas	1866	23/12/1913	04/06/1917	04 anos, 05 meses e 13 dias
Conquista	1911	18/09/1917	1920 ⁷	03 anos (estimativa)*
Estrela do Sul	1856	29/07/1921	30/06/1934	12 anos, 11 meses e 01 dia
Tupaciguara	1911	28/01/1922	08/04/1925	03 anos 02 meses e 11 dias
Sacramento	1870	21/02/1922	15/08/1922	06 meses e 15 dias
Monte Alegre de Minas	1870	23/01/1925	01/02/1928	03 anos e 09 dias
Monte Carmelo	1882	05/05/1925	07/09/1926	01 ano, 04 meses e 02 dias
Rio Paranaíba	1923	29/01/1926	24/02/1929	03 anos e 26 dias
Coromandel	1923	22/02/1932	08/08/1932	05 meses e 17 dias
Tiros ⁸	1923	22/02/1932	*	*
Ibiá	1923	22/02/1932	01/07/1932	04 meses e 09 dias

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tomando-se como parâmetro a data de criação – um ato de caráter legislativo – dos diferentes grupos escolares, são criados 21 entre 1908 e 1932, sendo 14 os municípios existentes anteriormente à Reforma João Pinheiro de 1906. Dentre os quatro municípios criados em 1923, três tiveram seus grupos escolares criados somente em 1932: é o caso de Coromandel, Tiros e Ibiá. Ressalte-se que Frutal e Estrela do Sul tiveram seus grupos escolares instalados respectivamente depois de mais de 10 e de mais de 12 anos respectivamente; além disso, há outros municípios cujo tempo transcorrido entre a criação e a instalação dos grupos escolares varia entre mais de três anos e mais de seis anos.

Com relação ao interregno entre a criação e a instalação de um grupo escolar, pode-se exemplificar: em Uberabinha, MG, a criação se dera em 20/07/1911 e, quase quatro anos depois, a instalação em 01/07/1914; ou em Estrela do Sul, quase 13 anos se passaram entre a criação e a instalação do primeiro grupo escolar. Todavia, há outros municípios da mesma região que tiveram os seus grupos criados e instalados no mesmo ano, como é o caso de Uberaba, Prata, Araxá, Sacramento e Coromandel. Afinal, rezava a Lei n° 439, de 28 de setembro de 1906, no início do Governo João Pinheiro, que seriam feitos “[...] os esforços possíveis para a difusão do ensino em todos os núcleos da população” (MINAS GERAIS, 1906a).

⁶ São Gotardo, no momento da criação do grupo escolar, era um distrito, pertencente ao município de Rio Paranaíba

⁷ Há menção, na Mensagem do Presidente de Estado de Minas Gerais, datada de 1921, p. 51, à instalação do grupo escolar de Conquista, MG, em 1920.

⁸ Tiros, município criado em 1923, integrava, conforme a divisão administrativa de 1920, o município de Abaetés, MG, associado à mesorregião central, e contava então, como distrito, com 10.355 habitantes

O Quadro 02 traz uma orientação sinótica mais adequada à visualização sobre possíveis e necessárias correlações entre o nº de municípios em Minas Gerais, as regiões em apreço e o nº de grupos escolares, além de informações demográficas sobre Minas Gerais e sobre o Brasil:

QUADRO 02 – Número de municípios, grupos escolares criados entre 1908 e 1932 e grupos escolares instalados

Estado/mesor-região TM/AP	Até 1889	Ate 1910	De 1911 a 1915	De 1916 a 1920	De 1921 a 1925	De 1926 a 1930	Em 1932	Em 1940
Nº de municípios em Minas Gerais	111	*9	*	178 (em 1920)	*	*	*	288
Pop. brasileira	14.333.915 (em 1890)	17.433.434 (em 1900)	*	30.635.605 (em 1920)	*		*	41.236.315 (em 1940)
População de MG	3.594.471 (em 1890)	*	*	5.88.174 (em 1920)	*	7.308.530 (em 1928)	*	*
Nº de escolas singulares providas em MG	-	-	-	1.6556 ¹⁰	-	-	-	-
Nº de grupos escolares instalados em MG	-	-	-	1667 ¹¹	-	-	-	-
Pop. TM/AP	212.000 (em 1890)	272.000 (em 1900)	-	485.598 (em 1920)	-	-	-	*
Nº de municípios no TM e AP ¹²	14	14	17	17	21	21	21	29
Nº de GEs8 criados no TM e AP	-	04	06	01	05	02	03	*
Nº de GEs implantados no TM e AP ¹³	-	04	03	02	03	03	02 em 1932 e 01 em 1934	-

Fonte: Elaborado pelo autor

⁹ Os asteriscos (*) significam informações incompletas no atual estágio da pesquisa.

¹⁰ Dentre estas, 277 são urbanas, 911 são distritais, 454 rurais e 13 coloniais. Entretanto, em 1920 apenas 1.492 escolas singulares estavam providas.

Dentre os 166 grupos escolares instalados, 8 situavam-se na capital, Belo Horizonte, 126 em cidades e vilas e 32 em distritos.

¹¹ GEs é uma abreviação para Grupos Escolares.

¹² As informações nesse campo estão incompletas, uma vez que no atual estágio da pesquisa estão ausentes às datas de instalação dos grupos escolares de Carmo do Paranaíba, Conquista e Tiros.

¹³ As informações nesse campo estão incompletas, uma vez que no atual estágio da pesquisa estão ausentes às datas de instalação dos grupos escolares de Carmo do Paranaíba, Conquista e Tiros.

Em atenção ao Quadro 02, observa-se o lento crescimento do número de municípios na região do Triângulo Mineiro em relação ao estado de Minas Gerais; além disso, que se atente para o número de dez grupos escolares criados até 1915, completados posteriormente com mais sete para a década de 1920, e mais três para os anos 1930.

Em acordo com as informações atuais, sob o impulso da Reforma João Pinheiro de 1906, foram instalados 04 grupos escolares até 1910; na década seguinte, entre 1911 e 1920, foram instalados mais 05; e entre 1921 e 1930, foram instalados mais 06. Ficará, para os anos 1930, as instalação de mais 03 grupos escolares em municípios constituídos nos anos de 1920, conforme detalhamento no Quadro 01.

As dissertações sobre os Grupos Escolares na região do Triângulo Mineiro

Cabe informar ainda, que com relação à institucionalização dos grupos escolares no Triângulo Mineiro, há oito dissertações - que envolvem oito diferentes municípios - e uma publicação a respeito do grupo escolar de Ituiutaba, MG, a qual reúne, além de estudos, uma rica documentação (RIBEIRO & SILVA, 2003)¹⁴.

QUADRO 3 – Dissertações sobre os GEs ordenadas pela data de sua conclusão

Municípios	Data de Criação	Data de Implantação	Denominações dos GEs	Autoria das dissertações
Uberabinha (TM)	20/07/1911	01/07/1914	<i>Bueno Brandão</i>	CARVALHO, 2001
Araxá (AP)	19/04/1911	28/09/1911	<i>Delfim Moreira</i>	GASPAR, 2006
Patrocínio (AP)	09/01/1912	15/06/1914	<i>Honorato Borges</i>	LIMA, 2006
Ituiutaba (TM)	22/12/1908	21/01/1910	<i>Vila Platina</i> ¹⁵	FERREIRA, 2007
Uberaba (TM)	29/07/1909	03/10/1909	<i>Uberaba</i> ¹⁶	GUIMARÃES, 2007
Patos de Minas (AP)	23/12/1913	14/06/1917	<i>Marcolino Barros</i>	FARIA, 2007
Ibiá (AP)	22/02/1932	01/07/1932	<i>Grupo Escolar de Ibiá</i> ¹⁷	SOUZA, 2010
Araguari (TM)	17/11/1908	17/04/1909	<i>Araguari</i>	PEREIRA, 2010

Fonte: Elaborado pelo autor.

¹⁴ Compõe essa publicação referências à sua institucionalização jurídica, ao primeiro diretor, às origens e às características do prédio escolar, a algumas professoras, ao uniforme escolar, à sala de aula, à pedagogia, enfim aos aspectos que constituíram a referida escola em sua dimensão interna. Entre os documentos, destacam-se o depoimento de um memorialista, Dr. Hélio Benício de Paiva, os diários de classe em forma de rascunho, os planos de aula, os boletins de frequência escolar, os ditados em sala de aula, documentos de ordem financeira, notícias veiculadas pela imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, bem como pela imprensa local relativas a datas comemorativas do Grupo Escolar em questão.

¹⁵ Foi denominado por João Pinheiro, a partir de 1927.

¹⁶ Denominado ao final da Primeira República por Brasil.

¹⁷ Denominado por Grupo Escolar Dom José Gaspar em 1946.

Quanto à estruturação, todas as dissertações referidas em quadro anterior apresentam a necessária contextualização como pano de fundo. Quanto às fontes consultadas, são diversas, mas cada uma das dissertações não cobre necessariamente todas as fontes aqui descritas: jornais, termos de posse, termo de instalação, termo de visitas, atas de festejos comemorativos, legislação educacional mineira, relatórios de inspeção, leis educacionais municipais, entrevistas, depoimentos, mapas, fotografias, ofícios, atas de câmaras municipais, atas de reuniões etc.

Quanto à periodização, todas trazem uma preocupação em sintonizar o movimento pela criação dos respectivos grupos escolares, porém os recortes cronológicos definidores da periodização são diversos:

QUADRO 04 – Periodização dos GEs pesquisados

Grupos Escolares dos municípios pesquisados	Ano de instalação	Periodização contemplada nas diferentes dissertações
Araguari	1909	1945-1961
Uberaba	1909	1908-1918
Ituiutaba	1910	1908-1988
Araxá	1911	1908-1930
Patrocínio	1914	1912-1930
Uberabinha	1914	1911-1929
Patos de Minas	1917	1913-1928

Fonte: elaboração do autor

Como se pode observar, os ditos recortes cronológicos contemplados espelham diversidades, porém pretensões diversas estão evidenciadas, seja em atenção às singularidades institucionais ou ao diverso movimento municipalista de então na região em apreço, enquanto respostas à política estadual mineira. Quanto às dimensões teórico-metodológicas, cabem análises mais detalhadas, que serão objeto de pesquisas posteriores.

A emergência dos grupos escolares no TM e os dados censitários de 1920

Com o intuito de apontar possibilidades, estudos de caráter monográfico, de caráter local e regional, fazem-se necessários, tendo em vista a avaliação sobre a conjuntura demográfica de então - nos municípios e distritos das micro-regiões em apreço - em que se movimentaram a criação e a instalação dos grupos escolares. Nesse sentido, algumas pistas podem ser aventadas a partir do Quadro 05:

QUADRO 05 – N° total de habitantes, particularmente entre 0 e 14 anos dos municípios do TM em 1920

Município	N° de habitantes em 1920	N° de distritos	População do município de 0 a 06 anos	População do município de 07 a 14 anos	Data de instalação do GE
Prata	14.800	3	3.559	3.560	28/09/1908
Araguari	27.729	3	6.348	6.264	17/04/1909
Uberaba	59.807	4	13.554	13.285	03/10/1909
Ituiutaba	20.772	0	5.221	4.975	21/01/1910
Araxá	46.866	5	10.923	10.176	28/09/1911
Patrocínio	44.007	5	9.872	10.056	15/06/1914
Frutal	28.549	2	7.042	6.876	15/02/1924
Carmo do Paranaíba	13.109	1	3.217	2.958	01/08/1929
Uberabinha	22.956	2	5.400	5.114	01/07/1914
Patos de Minas	64.815	5	15.191	15.085	04/06/1917
Conquista	17.206	2	4.153	3.545	*
Estrela do Sul	16.811	4	3.819	3.770	30/06/1934
Tupaciguara	9.960	2	2.233	2.285	08/04/1925
Sacramento	34.889	4	9.857	8.499	15/08/1922
Monte Alegre de Minas	10.987	1	2.531	2.926	10/02/1928
Monte Carmelo	24.768	4	5.484	6.438	07/09/1926
São Gotardo	30.567	3	7.444	7.312	24/02/1920
Total	488.598	50	115.848	113.124	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações do Censo de 1920

Em relação ao Quadro 05, primeiramente ressalte-se que está se tomando, como parâmetro, o recenseamento de 1920, bem como auxílio à análise sobre possíveis correlações entre a população municipal e o grupo escolar envolvido, em vista da resposta municipalista à demanda pela escolarização de nível primário.

Em segundo lugar, faz-se necessário esclarecer que a população de 0 a 06 anos e de 07 a 14 anos, de cada um dos 17 municípios abarca também a população dos distritos (assumindo-se que os municípios-sede também sejam assim designados, como já se esclareceu anteriormente) que perfazem 50. Nesse sentido, há municípios que envolvem até 05 distritos em 1920, como é o caso de Patrocínio e de Patos de Minas. Por

consequente, não se pode sobrelevar o número de habitantes em período escolarizável, em nível primário, para cada um dos municípios-sede.

Por conseguinte, para além da dimensão quantitativa, faz-se necessário ressaltar que a demanda pela escola primária em cada um dos municípios é muito significativa, com base em três exemplos:

- O município de Uberabinha contava em 1920 com uma população de 22.956 habitantes, sendo que 9.514 correspondiam à faixa do 0 (zero) a 14 anos: porém, compunha o município-sede 20.263 habitantes, o que corresponde proporcionalmente – uma vez que não há informações que detalhem isso –, a 9.226 habitantes entre 0 (zero) e 14 anos.
- Outro município, Patos de Minas, contava, em 1920, com 04 distritos populosos: o município-sede possuía 14.658 habitantes; todavia, somando-se a população dos distritos, atingia-se 64.815 habitantes. E o primeiro grupo escolar de Patos de Minas somente foi instalado em 04/06/1917, portanto próximo às informações do censo de 1920.
- Uberaba contava com 18.192 habitantes na faixa do de 0 (zero) a 14 anos em 1920, para um grupo escolar instalado em 1909. O segundo grupo escolar de Uberaba foi criado em 04 de outubro de 1927, porém instalado somente em 1º de julho de 1944, quase dezessete anos depois (cf. GUIMARÃES, 2007).

Seguindo-se por esse raciocínio, e levando-se em conta os dados populacionais em cada um dos municípios-sede, e em sua correlação proporcional ao número de crianças entre 0 e 14 anos, tem-se:

QUADRO 06 – População total dos municípios-sede, população de 0 a 14 anos em 1920 correlatas à data de instalação dos grupos escolares.

Município	População total dos municípios em 1920	População do município-sede em 1920	Estimativa da população entre 0 e 14 anos em 1920 no município-sede	Data de instalação do 1º grupo escolar	Percentual da população de 0 a 14 anos em relação à população total
Prata	14.800	6.744	3.243	28/09/1908	48,0 %
Araguari	27.729	21.116	9.601	17/04/1909	45,4%
Uberaba	59.807	40.539	18.192	03/10/1909	44,8%
Ituiutaba	20.772	20.772	10.196	21/01/1910	49,0%
Araxá	46.866	21.842	9.832	28/09/1911	45,0%
Patrocínio	44.007	15.966	7.229	15/06/1914	45,2%
Frutal	28.549	18.889	9.208	15/02/1924	48,7%
Carmo do Paranaíba	13.109	13.109	6.175	01/08/1929	47,1%
Uberabinha	22.956	20.263	9.368	01/07/1914	46,2%
Patos de Minas	64815	14.658	6.846	04/06/1917	46,7%
Conquista	17.206	11.203	5.012	1920*	44,7%
Estrela do Sul	16.811	3.546	1.600	30/06/1934	45,1%
Tupaciguara	9.960	8.848	4.518	08/04/1925	51,0%
Sacramento	34.889	25.337	13.330	15/08/1922	52,6
Monte Alegre de Minas	10.987	10.987	5.457	01/02/1928	49,6%
Monte Carmelo	24.768	18.067	9.895	07/09/1926	54,7%
São Gotardo	30.567	16.036	7.741	24/02/1920	48,2%
N. total de habitantes	488.598	287.922	137.443	-	47,7% (média)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do censo de 1920

O Quadro 07, disposto a seguir, traduz o delineamento populacional por distritos, visando correlacionar com a data de instalação dos respectivos grupos escolares:

QUADRO 07 – População dos municípios-sede e dos respectivos Distritos em 1920 em correlação com a data de instalação dos GEs

Município/Distrito		Nº de distritos	População dos municípios-sede e dos distritos em 1920	Data de instalação do GE nos municípios-sede
Prata	14.800	3	6.744	28/09/1908
Bom Jardim			1.844	-
Rio Verde			6.212	-
Araguari	27.729	3	21.116	17/04/1909
Sant'Anna do Rio das Velhas			3.449	-
Santa Rita dos Barreiros			3.164	-
Uberaba	59.807	4	40.539	03/10/1909
São Miguel do Veríssimo			5.963	-
Conceição das Alagoas			7.127	-
Dores do Campo Formoso			6.178	-
Ituiutaba	20.772	0	20.772	21/01/1910
Araxá	46.886	5	21.842	28/09/1911
São Pedro de Alcântara			5.545	-
N. S. da Conceição			8.334	-
Dores de Santa Juliana			6.637	-
Santo Antonio do Pratinha			4.508	-
Frutal	28.549	2	18.889	15/02/1924
São Francisco de Sales			9.660	-
Carmo do Paranaíba	13.109	1	13.109	01/08/1929
Patrocínio	44.007	5	15.966	15/06/1914
Sant'Ana do Pouso Alegre do Coromandel			10.511	-
Abadia dos Dourados			7.510	-
São Sebastião da Serra do Salitre			7.427	-
Cruzeiro da Fortaleza			2.593	-
Uberabinha	22.956	2	20.263	01/07/1914
Santa Maria			2.693	-
Patos de Minas	64.815	5	14.658	04/06/1917
Santa Rita			19.221	-
Sant'Ana			6.981	-
Dores do Areado			14.635	-
N. S. da Piedade da Lagoa Formosa			9.320	-
Conquista	17.206	2	11.203	*
Jubaí			6.003	-
Estrela do Sul	16.811	4	3.546	30/06/1934
Santa Rita			5.875	-
Rio das Pedras			6.190	-
Doliarina			1.200	-
Tupaciguara	9.960	2	8.848	08/04/1925
Mato Grosso			1.112	-
Sacramento	34.889	4	25.337	15/08/1922
São Miguel da Ponte Nova			3.258	-
N. S. do Desemboque			4.923	-
São João Batista da Serra da Canastra			1.371	-
Monte Alegre de Minas	10.987	1	10.987	10/02/1928
Monte Carmelo	24.768	4	18.067	07/09/1926
N. S. Abadia da Água Suja			2.220	-
São Sebastião da Ponte Nova			2.429	-
Iraí			2.052	-
São Gotardo	30.567	3	16.036	24/02/1920
São Francisco das Chagas			11.782	-
São Jerônimo dos Poções			2.749	-
Total de hab. dos distritos	-	50	-	-
Total de hab. da mesorregião TM/AP	-	-	488.598	-
Total de hab. dos municípios-sede	-	-	287.922	-
Total de hab. os distritos	-	-	200.676	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações do Censo de 1920

Como se observa nesse quadro, a população de cada um dos municípios-sede, bem como dos distritos, em sentido próprio, é variável, conforme se apresentam sinoticamente nos Quadros 08 e 09:

QUADRO 08 - População dos municípios-sede em 1920 na região do TM

Nº habitantes	Municípios-sede
Até 10.000	Estrela do Sul, Prata e Tupaciguara
Até 15.000	Monte Alegre de Minas, Conquista, Carmo do Paranaíba e Patos de Minas
Até 20.000	Patrocínio, São Gotardo, Monte Carmelo e Frutal
Até 25.000	Uberabinha, Ituiutaba, Araguari, Araxá e Sacramento
Acima de 25.000	Uberaba com mais de 40.000 habitantes

Fonte: Elaboração do autor com base no Censo de 1920

Em relação aos distritos, os grupos escolares na região não chegaram até eles no período da Primeira República. Entretanto, sua situação populacional em 1920 envolve 19 distritos com mais de 5.000 habitantes. É necessário recordar que a população entre 0 e 14 anos soma aproximadamente 50% da população total, o que significam 100.000 habitantes nessa faixa etária:

QUADRO 09 - POPULAÇÃO DOS DISTRITOS EM 1920 NO TM

Nº de habitantes	Nº de distritos
Até 3.000	10
De 3.001 a 5.000	5
De 5.001 a 10.000	15
De 10.001 a 15.000	3
De 15.001 20.000	1
Total: 200.676	Total dos distritos: 34
Média de habitantes por distrito	5.902 habitantes

Fonte: Elaboração do autor com base no Censo de 1920

Entretanto, os dados a respeito da população entre 0 (zero) e 14 anos precisam ser assumidos à luz da expectativa de vida de então, correspondente a 33,4 anos em 1910. Por isso, é compreensível que os números atinjam, em relação à população com até 14 anos, a casa próxima dos 50%, quando não a ultrapassam, conforme se notificou no Quadro 06.

Além disso, é necessário também atentar para o crescimento da população brasileira no período em análise: entre 1900 e 1920, as taxas de crescimento “[...] se encontravam num patamar muito elevado nos dois primeiros decênios (uma taxa de 2,91% ao ano), decaindo imediatamente nas duas décadas seguintes para um nível que se revelou como o mais baixo de todo o século (1,49% anual)” (VALLE E SILVA & BARBOSA, 2003, p. 33)¹⁸.

Cabe aqui ressaltar a correlação com as políticas estaduais em torno dos grupos escolares, instauradas desde a última década do século XIX e no decorrer das duas primeiras décadas do século XX. Tal correlação permite afirmar a associação entre as taxas de crescimento demográfico e a demanda pela escolarização primária, certamente crescente, mas também a pressionar, particularmente, a favor da expansão e da disseminação dos grupos escolares.

Outro aspecto básico a compor a análise é o coeficiente de natalidade, posto que em 1907, por exemplo, a proporção era de 29,5 nascimentos para cada um mil habitantes em Florianópolis; 49,5 em Niterói; e para Belo Horizonte, a taxa era de 43,5. Tais coeficientes de natalidade trazem sustentação aos dados populacionais etários de 0 a 14 anos comentados há pouco, quando atingiram aproximadamente 50% da população total de cada município (cf. Quadro 06).

Acrescente-se ainda outra observação: embora os dados do censo de 1920 sejam considerados superestimados em 10% (cf. VALLE E SILVA & BARBOSA, 2003, p. 31), é necessário também atender às considerações estatísticas, de que entre 1890 e 1940, o crescimento populacional se deveu, em 15%, à imigração. Porém, no tocante a esse aspecto, os dados são irrelevantes no que se referem ao Triângulo Mineiro e ao Alto Paranaíba, posto que o censo de 1920 registra 9.686 estrangeiros, o que não atinge 2% da população da mesorregião em apreço.

Outra perspectiva importante para se estabelecer correlações é a institucionalização dos grupos escolares, nos diferentes municípios da região do Triângulo Mineiro, associada à emergência da formação do professor através das escolas normais. Trata-se aqui de apontar uma tendência advinda da própria legislação mineira, anteriormente à reforma João Pinheiro, em valorizar o professor normalista, seja salarialmente, seja pela possibilidade de realizar concursos ou mesmo como exigência a conclusão do curso normal para ensinar nos GEs etc.

Nesse sentido, o Quadro 06 permite averiguar a interdependência e a associação entre as escolas normais - em algumas cidades do Triângulo Mineiro - e os grupos escolares, no sentido de apontar para a necessária coadjuvação a estes por parte de professores normalistas.

Mais do que uma análise, fica aqui apontada uma possível pista para pesquisas posteriores, uma vez que a correlação entre o movimento em torno da institucionalização dos grupos escolares, a partir das datas de implantação, e as datas de instalação das escolas normais parece trazer problematizações a respeito. Insiste-se que tal correlação é apenas um problema para a pesquisa histórico-educacional.

¹⁸ Comparativamente, nos anos 1950 e 1960, o crescimento demográfico atingiu a casa dos 2,99% ao ano, período recorde no decorrer do século XX (VALLE E SILVA & BARBOSA, 2003, p. 33).

Nesse sentido, a posição de Francisco Campos parece ser esclarecedora nesse contexto: “O ensino primário vale o que valerem os seus professores e o valor destes estará, necessariamente, em função do ensino normal” (CAMPOS, 1928, p. 40). Mais adiante, afirma que é necessário procurar “[...] formar a mentalidade do professor primário á medida das exigências a que elle tem de satisfazer, ordenando-lhe, desde cedo, o espírito no quadro intellectual e profissional em que é chamado a exercer a sua actividade” (Ibidem, p. 40). Tal posição de 1928 oferece as balizas para a compreensão da disseminação das escolas normais na região em apreço:

QUADRO 10 – Data de implantação dos grupos escolares e de emergência das escolas normais no TM

Município	Criação das Escolas Normais no TM e AP	Ano de implantação dos grupos escolares
Uberaba	1881 ¹⁹	1909
Uberabinha	1924	1914
Patrocínio	1928	1914
Patos de Minas	1932	1913
Araguari	1933	1909
Ituiutaba	1933	1910

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dissertações e pesquisas a respeito.

Em adendo a tais informações, cabe ressaltar que a emergência das escolas normais na região em apreço está em sintonia com os números crescentes do próprio Estado de Minas Gerais: “[...] em 1926, havia, entre officiaes e equiparadas, 55 escolas normaes, e actualmente [1930], 66” (ANDRADA, 1930, p. 31). O número de alunos normalistas, em 1926, atingia 2.197 alunos, porém em 1930 ascendia a 10.177 alunos.

Procurando concluir

Com o intuito de finalizar conclusivamente, e a um distanciamento maior em relação ao movimento de implantação dos grupos escolares em Minas Gerais, para além do governo de João Pinheiro entre 1906 e 1908, as realizações efetivas não podem ser avaliadas sem conferir-lhes significação, desde o ponto de vista de projeto político-educacional público estadual.

Não se pode negar ou mesmo desmerecer o idealismo republicano brasileiro, nem mesmo os seus norteamentos expressos em torno da questão educacional brasileira,

¹⁹ A Escola Normal de Uberaba, ressaltada pública, criada em 1881, funcionou até 1903; nesse ano foi instalada uma Escola Normal privada, assumida pelo então Colégio Nossa Senhora das Dores, de caráter confessional católico feminino, sob a responsabilidade das Irmãs Dominicanas, presentes em Uberaba, MG, desde 1885 (cf. a propósito MOURA, 2002 e RICCIOPPO FILHO, 2007).

muito menos as realizações efetivamente concretizadas. Segundo John D. Wirth, “[...] praticamente dois terços de todos os mineiros com mais de sete anos ainda eram analfabetos na época da revolução de 1930” (1982, p. 142). Todavia, “[...] quase 80% da população viviam fora das áreas urbanas, de forma que a distância e a dispersão eram problemas básicos (Ibidem, p.142).

Os grupos escolares *criados* até 1930, depois de transcorridos 24 anos após a Reforma João Pinheiro, quando Minas Gerais, administrativamente, se dividia em torno de duas centenas de municípios, esbarram em dados populacionais crescentes do mesmo Estado: de 3.594.471 habitantes em 1900 para 7.308.853 em 1928.

Se os grupos escolares somam 265 em funcionamento - o que consta da *Mensagem* do Presidente do Estado de Minas Gerais datada em 01/08/1930 (ANDRADA, 1930, p. 31) -, o crescimento é muito significativo, se se leva em conta que, em mensagem de 15/07/1908, João Pinheiro comunicava que estavam em funcionamento 22 grupos escolares.

Nessa direção, cabe contemplar um crescimento de 1.200% em 22 anos, a uma média aproximada de 12 grupos escolares por ano. A mesma *Mensagem* registra que, em 1926, havia 182 grupos escolares em funcionamento (ibidem, p. 31), o que implica relativamente na mesma média de 12 grupos escolares ao ano.

Se a população infantil era ou não relativamente atendida pelas escolas isoladas²⁰, anteriormente à instauração dos grupos escolares, tal situação perdurou posto que os municípios, aqui colocados no palco, vieram a contar com apenas um grupo escolar, apesar do alto índice de crescimento demográfico, como se procurou demonstrar. Afinal, o coeficiente de natalidade não diminuiu: a população da região do TM era de 212.000 habitantes em 1890; seis anos antes da Reforma João Pinheiro, em 1900, a população já atingia a casa dos 272.000 habitantes; e em 1920, atingira 488.598 habitantes.

Portanto, a tarefa educacional, de caráter público, tornara-se gigantesca, seja pelo crescimento demográfico, seja pelas altas taxas de analfabetismo, bem como pela incapacidade econômica do Estado em financiar a educação primária graduada. Por conseguinte, o apelo ao municipalismo justifica-se, bem como o apelo à iniciativa privada, enquanto fundamentos concretos e efetivos a sustentar a política estadual.

Com base na estimativa apresentada pelo Quadro 06, tem-se 137.443 habitantes entre 0 e 14 anos nos 18 municípios existentes, levando-se em conta os dados do recenseamento de 1920. Se as cifras, informadas inicialmente, nesse capítulo, são aceitáveis – a de que a média era de 458 alunos por grupo escolar -, tem-se um atendimento pouco significativo em relação à população entre 07 e 14 anos, estimável em 70.000 no ano 1920.

Certamente, a energia do analfabetismo é cinética diante de uma política pública, até certo impotente - leve-se em conta que foi a política pública possível -, seja em nível

²⁰ No Quadro 2, algumas informações estão ali contidas. De um modo mais completo, e levando-se em consideração a *Mensagem* do Presidente do Estado de Minas Gerais, de 15/06/1920, haviam neste estado 1.655 escolas singulares, assim classificadas: 277 urbanas; 911 distritais, 454 rurais e 13 coloniais. Dentre as 1.655 escolas singulares, 505 eram para o sexo masculino, 359 para o feminino e 791 eram mistas. Mas dentre as 1.655 escolas singulares, estavam providas apenas 1.492. Em relação aos grupos escolares a mesma *Mensagem* esclarece: estão criados 219 grupos escolares, porém estão instalados apenas 166, sendo 08 deles em Belo Horizonte, capital, 126 em cidades e vilas, e 32 em distritos (cf. [www. http://www.crl.edu/content/provopen.htm](http://www.crl.edu/content/provopen.htm)).

urbano ou mesmo em nível rural²¹, se se considera o alto percentual da população na zona rural⁵ em relação à vida urbana. Se os dados são seguros quanto ao número de habitantes entre 0 a 14 anos, - são 137.443 - conforme o Censo de 1920, 9 eram os grupos escolares instalados até então; entretanto, devem ser levados em conta os dados percentuais em torno dos 20% para a vida urbana (WIRTH, 1982, p. 142). Estes seriam os dados de 1920.

Como ficaria a década seguinte? Retomando: Minas Gerais contava com 3.594.471 habitantes em 1900; mas em 1928, já eram 7.308.853 habitantes. Ou seja, é necessário compreender tais correlações em seu movimento, seja demográfico, seja estatístico-escolar em relação à efetivação de cada um dos grupos escolares da região, seja na permanência e expansão das escolas isoladas, bem como à ação escolarizadora.

É necessário observar ainda a prevalência do analfabetismo em 1930 em torno de 65% da população, diferentemente dos 82,6% de 1890 (FERRARO, 2009), quando os grupos escolares não tinham se apresentado ao cenário brasileiro. Se em 1920, o Brasil contava com 30.645.605 habitantes, e em 1940, com 41.236.315 habitantes, o número de analfabetos ultrapassava, segundo este recenseamento, pouco mais de 23 milhões, porém em 1920 também contava com números próximos a 23 milhões.

Ou seja: a escolarização tinha um para quê – ou seja, uma finalidade social que se constituía demandante -, porém proporcionalmente o crescimento populacional manteve o analfabetismo em números absolutos; sua energia cinética não fora detida, apesar da disseminação dos grupos escolares em solo brasileiro.

A política republicana em torno dos grupos escolares foi bem sucedida? Pode-se falar em uma política pública? Em quê sentido? A título de ponderação: as escolas católicas somavam 276 instituições estabelecidas em todo o país no período de 1890 a 1930, das quais 210 apenas para as regiões sul e sudeste. E para o período entre 1931 e 1945, são mais 246 instaladas, somando-se, entre 1890 e 1945, 522 instituições escolares nos primário e secundário (ARAUJO, 2007).

Deixando em aberto com o Prof. Aristophanes e a Profa. Eudóxia

A demanda escolar premente em *Villa de Conquista*, MG – hoje, Conquista - municipalizada em 1911, é muito ilustrativa quanto ao *deixando em aberto*, uma forma de resistir à conclusão: em 29 de dezembro de 1913, uma correspondência, da parte da Profa. Eudóxia de Macedo Costa, que estabelecera uma *aula particular*, notificava a necessidade de 15 carteiras ainda que usadas. Em 31/12/1913, a resposta foi a seguinte: “Por enquanto não temos carteiras em número suficiente, nem mesmo para as escolas publicas”, como revela a ilustração a seguir:

²¹ Em termos gerais, a população rural somava 68,8% em 1940, cabendo, por conseguinte, à área urbana apenas 31,2%. Entretanto, o recenseamento de 1920 registra 16% da população na zona urbana, cabendo 84% à zona rural.

4ª Seção

Responder se se opportuno:
"immediatamente" ou "atrasado";
Altozes.

D. Endoscia de Abacedo Costa,
professora particular de Villa de
Coronista, communica que es-
tabelleu uma escola naquelli
logar e pede que se lhe for-
neçam 15 carteiras escolares ain-
da mesmo usadas.

29-12-1913.

J. Escrivão
Altozes

Por emq. não temo car-
teiras em n.º sufficiente
nem em m.º para a lei
de publicad
J. Carralho

Respondeo
30-12-1913

Tal solicitação, diga-se negada, baseia-se em correspondência encaminhada pela própria Profa. Eudóxia, uma normalista formada em Uberaba, em 18 de dezembro de 1913 ao Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais:

Inf.

M. D. Secretário do Interior do Estado de Minas.

27 DEZ 1913

Carrollhaas

A abaixo assignada tendo frequentado o Collegio de N. Senhora das Dores, de Uberaba, em 4 annos, tendo sido approvada com distincção em todos os exames, acaba de estabelecer aqui uma aula particular, já com a frequencia de 32 alumnos. Não podendo comprar carteiras, vem pedir-vos que lhe fornecer 15, ainda mesmo usadas. Espera merecer de V. Ex.^{cia} esse auxilio a sua escola particular, e bem da instrucção infantil.

Saude e fraternidade.

Visto.

O Inspector escolar,

P. Julião Nunes.

Villa de Conquista, 18 de dezembro de 1913.
Eudoxia de Macedo Costa.

Tal demanda terá uma resposta satisfatória em 07 e em 14 de agosto de 1913, conforme esclarece a correspondência a seguir:

Auctorise-se
7-8-1913
Belém Rio

4 a.
1.º

O sr. Aristophanes França, prof.^o da villa de Conquista, pede mais 15 carteiras para sua escola. A sala em que funciona tem 40 metros quadrados; é assoalhada e está limpa. Podem lhe ser fornecidas essas carteiras, pela casa Corrêa & Corrêa, de Juiz de Fora, de acordo com o volume ser fornecido, a Aristophanes França, em Juiz de Fora, em estado local. — O prof. diz que a escola tem 11 carteiras estragadas, cujo concerto pode ficar em 10\$000. Fazer um q.º com a casa Corrêa & Corrêa, de Juiz de Fora, em 7-8-1913.

A. S. Guimarães
Caro

Foram pedidas 15 carteiras da casa Corrêa & Corrêa, de Juiz de Fora, e autorizou-se a despende 10\$000 no concerto das 11 carteiras.
14-8-1913

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1913²².

²² “O Sr. Aristophanes França, professor da Villa de Conquista, pede mais 15 carteiras para sua escola. A sala em que funciona tem 40 metros quadrados; é assoalhada e está limpa. Podem lhe ser fornecidas essas carteiras, pela casa Corrêa & Corrêa, de Juiz de Fora [...] O professor diz que a escola tem 11 carteiras estragadas, cujo concerto pode ficar em 10\$000 [...] 7-8-1913 [...]. Foram pedidas 15 carteiras da casa Corrêa & Corrêa, de Juiz de fora, e auctorizou-se a despende 10\$000 no concerto das 11 carteiras. 14-8-1913”.

É necessário ressaltar que tais demandas no decorrer do ano de 1913, a primeira de 25 de fevereiro, e a segunda de 07 de agosto, são muito ilustrativas: primeiro, no decorrer do mesmo ano, são solicitadas 15 carteiras por vez, primeiro pelo Prof. Aristophanes, e depois pela Profa. Eudóxia. Ao primeiro são concedidas as 15 carteiras; e à segunda, a resposta é um não, implicitamente por ser uma *aula particular*, mas certamente somados à falta de recursos estaduais para tanto.

Cabe informar ainda que o grupo escolar de Conquista somente viria a ser criado em 18 de setembro de 1917, mais de 4 anos após a solicitação do Prof. Aristophanes. Tal município fora criado em 1911, e constituía-se no mais densamente povoado da mesorregião em apreço, estando com 32,01 habitantes por km², segundo o censo de 1920. O movimento migratório ali se fazia presente: é o 2º município em nº de estrangeiros, com 2.965. Uberaba possuía 2.989 estrangeiros. O terceiro é Sacramento, MG, com 1.020. Entre os restantes, nove deles não chegam a 100 estrangeiros cada um.

Enfim, como avaliar a política republicana em torno da escola primária pública? O estabelecimento de comparações implica basicamente buscar as semelhanças e as disparidades. Cotejar implica etimologicamente no substantivo *cota*: em relação à política republicana em torno dos grupos escolares, *cota* implica em parcela determinada de um todo. Nesse sentido, as políticas estaduais em torno dos grupos escolares seriam expressões fracionadas de uma totalidade, fundada numa organização política assentada em traços comuns que orientaram a construção da nacionalidade brasileira.

Nessa direção, a comparação pode ser estabelecida pelos fundamentos teórico-metodológicos, político-educacionais, sócio-culturais e pedagógicos presentes na legislação educacional, os quais fundaram as políticas estaduais em torno dos grupos escolares, bem como orientaram a organização dos mesmos, desde os sujeitos (professores, alunos, gestores etc), as dimensões metodológicas de ensino (métodos e técnicas), bem como as tecnologias educativas de então. Disciplinas, programas, conteúdos, currículo são também aspectos a sugerir comparações.

Pelo exercício de análise aqui apresentado, a comparação pode estar também assentada em dados estatísticos sobre o processo de criação e de instalação dos grupos escolares, bem como por sua contextualização a partir dos diferentes municípios, por sua composição populacional etária. Outros aspectos a configurar a análise é a busca de esclarecimentos de ordem econômica urbana e rural, que fundavam a vida municipal de cada um deles, bem como outros aspectos apontados anteriormente, tais como a imprensa, o comércio, o transporte, a ferrovia, a urbanização etc. Os grupos escolares estão associados a esse movimento, e constituem-se como fios a compor o tecido social.

Ainda a título de sugestão: é necessário, em vista da ampliação da análise e da interpretação, assumir que o grupo escolar, numa dada localidade, resulta de uma articulação política local - seja por parte do Agente Executivo e ou por parte da Câmara Municipal - e estadual. O processo que antecede à criação, até concluir-se pela instalação, bem como a gestão em vista da consolidação, passa também pela discussão na imprensa local e regional. Em suma, a institucionalização de um grupo escolar envolve a sociedade política e civil, de caráter local, regional e estadual.

Finalizando com uma metáfora, ainda sobre o aventado tecido: o grupo escolar está inserido numa urdidura, o que significa sinonimicamente um conjunto de fios dispostos longitudinalmente no tear, pelos quais passa o fio da trama. A escola não é uma ilha, e

ainda que o fosse, estaria rodeada de água, ou seja: é necessário responder à seguinte questão: grupos escolares para quê e para quem? Quantos?

Retomando uma reflexão inicial: as aspirações e os ideais de escolarização conjugam-se às finalidades, bem como retiram a escola de seu insulamento institucionalizado e interno à mesma, situando-a como partícipe da trama da história. A escolarização, pela via dos grupos escolares, só seria vencida com a lei 5692/1971, que reforma a primeira LDB de 1961, mas o letramento de nível primário ainda é um problema do presente, ou seja, apenas um modo do passado se fazer presente em nossos dias.

Referências

ANDRADA, Antonio Carlos Ribeiro de. Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Minas Geraes ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 4ª. Sessão ordinária da 10ª. Legislatura. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1930, 342 p.

ARAUJO, José Carlos. S. As instituições escolares na Primeira República: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson. LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (orgs.). Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. Os grupos escolares em Minas Gerais como uma expressão de política pública: uma perspectiva histórica. In VIDAL, Diana Gonçalves (org.). Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006, p. 233-257.

BORGES, Barsanulfo Gomides. O despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922. Goiânia: CEGRAF, 1990.

BRETAS, Genesco Ferreira. História da instrução pública em Goiás. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

CAMPOS, Francisco. Exposição de motivos do Regulamento do Ensino Normal (20 de janeiro de 1928). In CAMPOS, Francisco. Pela civilização mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930, p. 37-65.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar. *República e Educação: o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão como caminho para a modernidade (Uberabinha, 1911-1929)*, 2001 (Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia).

FARIA, Rosicléa Aparecida Lopes de. Da educação moderna à formação do cidadão republicano: implantação da escola pública em Patos de Minas, MG (Grupo Escolar Marcolino de Barros, 1913-1928). 2007 (Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia).

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. Da centralidade da infância na modernidade e sua escolarização: A Escola Estadual João Pinheiro, Ituiutaba, MG. 2007 (Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia).

GASPAR, Maria de Lourdes Ribeiro. Ecos do Progresso: práticas e representações sociais no Grupo Escolar Delfim Moreira (1908-1931) – Araxá, MG, 2006 (Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia).

- GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro. “Templo do Bem”: o Grupo Escolar de Uberaba na escolarização republicana (1908-1918). 2007 (Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia).
- LIMA, Geraldo Gonçalves de. O Grupo Escolar Honorato Borges em Patrocínio, MG (1912-1930): ensaios de organização do ensino público primário. 2006 (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia).
- LOBROT, Michel. Para que serve a escola? Lisboa: Terramar, s/d.
- LOVE, Joseph. A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MINAS GERAIS. *Regulamento da Instrução Primaria e Normal do Estado de Minas*. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1906.
- _____. Lei nº 439 de 28 de setembro de 1906.
- _____. Decreto nº 1947 de 30 de setembro de 1906.
- _____. *Programma do Ensino Publico Primario no Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1907.
- _____. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Minas segundo o recenseamento de 1920. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1924.
- MOURA Geovana. *Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina (Colégio Nossa Senhora das Dores, Uberaba, 1940-1960)*, 2002 (Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia)..
- NEAVE, Guy. *Educación superior: historia y política: estudios comparativos sobre la universidad contemporánea*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2001.
- PEREIRA, Wendell Luiz Pereira. *Grupo Escolar de Araguary a Raul Soares (1945-1961)*. 2010 (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia).
- PINHEIRO, João. *Idéias políticas de João Pinheiro*. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco de Assis Barbosa. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
- RICCIOPPO FILHO, Plauto. Ensino Superior e Formação de Professores em Uberaba, MG (1881-1938): um trajetória de avanços e retrocessos. 2007 (Dissertação de Mestrado, Universidade de Uberaba).
- SOUZA, Rosa Fátima de; ARAUJO, José Carlos S. História comparada da escola primária no Brasil. VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, São Luis MA, 2010, p. 1-13.
- SOUZA, Sirlene Cristina de. Grupo Escolar de Ibiá (1932-1946): uma expressão estadual. 2010 (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia).
- VALLE E SILVA, Nelson do & BARBOSA, Maria Lígia de O. População e estatísticas vitais. In IBGE. Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2003, p. 29-57.
- WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Recebido em fevereiro de 2012
Aprovado em maio de 2012